



## CERTIFICADO Nº 3423 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/RAS, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : GILSAN EXTRACAO E COMERCIO LTDA

CNPJ/CPF : 02.046.532/0001-95

Empreendimento : GILSAN EXTRACAO E COMERCIO LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Sítio Cruzeiro número/km S/N Bairro Santo Antônio Cep 36140-000 Lima Duarte - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Lima Duarte (LAT) -21.8514, (LONG) -43.8209

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 3

Processo Administrativo Licenciamento : 3423/2021

Número do Processo na ANM e Ano : 832.021/1997

Titular ou Requerente : Gilsan Extração e Comércio Ltda

Substância(s) Mineral(is) : Saibro

### Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

| Código    | Descrição   | Parâmetro      | Qtde   | Unidade |
|-----------|---|----------------|--------|---------|
| A-03-01-8 | Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil | Produção bruta | 20.000 | m³/ano  |

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 6 ano(s), com vencimento em 06/10/2027.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Ubá, 06/10/2021.

Documento assinado eletronicamente por DORIVAL DA SILVA, Superintendente, em 06/10/2021 17:18 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título mineral ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 3423 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Autorização para intervenção ambiental 2100.01.0056430/2020-81

Demais atividades listadas do empreendimento

| Código    | Descrição  | Parâmetro            | Qtde   | Unidade |
|-----------|--|----------------------|--------|---------|
| A-05-01-0 | Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco | Capacidade instalada | 50.000 | t/ano   |



CERTIFICADO Nº 3423 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

| Item | Descrição da Condicionante  | Prazo*   |
|------|---|--|
| 01   | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes   | Durante a operação do empreendimento   |
| 02   | Apresentar conjuntamente com o relatório de automonitoramento dos Resíduos Sólidos o Certificado de Regularização Ambiental dos recebedores de destinadores finais dos resíduos   | Durante a operação do empreendimento   |
| 03   | Apresentar relatório descritivo e fotográfico das ações e estruturas do empreendimento empenhadas no Controle de Resíduos Sólidos (Classe I e Classe II). Estruturas essas, que devem ser instaladas e operadas em conformidade com as normas técnicas NBR 12235/1992 ou NBR 11174/1990 | Antes do início da operação do empreendimento  |
| 04   | Comprovar por meio de relatório fotográfico instalação do sistema de tratamento de efluentes sanitários proposto nos autos  | Antes do início da operação do empreendimento  |
| 05   | Apresentar relatório descritivo e fotográfico, demonstrando a execução das manutenções periódicas no sistema de drenagem de águas pluviais do empreendimento (canaletas; bacias de contenções)  | Durante a operação do empreendimento   |
| 06   | Apresentar relatório descritivo e fotográfico, demonstrando a execução das medidas de controle de emissão de materiais particulados proposto no RAS   | Durante a operação do empreendimento   |
| 07   | Apresentar cópias das notas fiscais dos serviços de execução das manutenções periódicas nos veículos, máquinas e equipamentos do empreendimento   | Durante a operação do empreendimento   |
| 08   | Enviar relatório fotográfico comprovando a realização da implantação e manutenção da cortina arbórea do empreendimento, conforme proposto no RAS  | Durante a operação do empreendimento   |
| 09   | Apresentar relatório anual consolidado, comprovando o cumprimento de todas as condicionantes propostas acima  | Anualmente, durante a operação do empreendimento; o primeiro relatório após o cumprimento das condicionantes 03 e 04 |

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado; Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "Gilsan Extração e Comércio Ltda.

1. Efluentes Líquidos Sanitários

| Local de Amostragem                       | Parâmetros   | Frequência das Análises |
|---|--|-------------------------|
| Entrada e saída do Sistema de tratamento* | DQO, DBO, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, pH, sólidos suspensos, sólidos em suspensão totais, materiais sedimentáveis | Semestral               |

\*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada e saída do Sistema de tratamento.

Relatórios: Enviar à SUPRAM-ZM, anualmente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão



CERTIFICADO Nº 3423 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos sólidos e rejeitos

2.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2.2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

| RESÍDUO<br>(tonelada/semestre)                 | TRANSPORTADOR<br>OBS. | DESTINAÇÃO FINAL | QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE   |
|--|-----------------------|------------------|----------------------------------|
| Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012 |                       | Origem           | Classe Taxa de geração (kg/mês)  |
| Razão social                                   | Endereço completo     | Tecnologia (*)   | Destinador / Empresa responsável |
| Quantidade Destinada                           | Quantidade Gerada     |                  | Quantidade Armazenada            |
|  |                       | Razão social     | Endereço completo                |

(\*)1- Reutilização

2 – Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

a. Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

3 – Ruídos



CERTIFICADO Nº 3423 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

|   |            |                       |
|---|------------|-----------------------|
| Local de amostragem   | Parâmetros | Frequência de análise |
| Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2019 |            |                       |
| Decibéis (dB)   | Anual      |                       |

Relatórios: Enviar a SUPRAM-ZM, anualmente, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA n.º 01/1990.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.